

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)  
SUPERINTENDÊNCIA

SUP/IPLAN/212/71

Rio, 5/18/71

Do: Superintendente do IPLAN  
Ao: Sr. Secretário Geral do Ministério do Planejamento e  
Coordenação Geral  
Assunto: I PND - Capítulo Setorial sobre DESENVOLVIMENTO  
INDUSTRIAL (2ª redação)

Encaminhamos a V.S.<sup>a</sup> dois exemplares da minuta revista do capítulo setorial sobre Desenvolvimento Industrial, que incorpora as observações e comentários dessa Secretaria Geral.

2. Solicitamos que uma das cópias seja encaminhada ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro do Planejamento.

3. A revisão ora encaminhada não inclui os itens de cimento, papel e celulose, bens de consumo não duráveis, indústria farmacêutica, indústria de construção, comércio e turismo, vez que essa parte não foi revista ainda por V.S.<sup>a</sup>

Cordialmente,

ANTONIO NILSON CRAVEIRO HOLANDA  
Superintendente do IPLAN

Í N D I C E

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E MINERAÇÃO

- Definições Básicas
- Aspectos Globais

DESENVOLVIMENTO DE RAMOS INDUSTRIAIS  
PRIORITÁRIOS

AÇÃO DE GOVÊRNO: PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

SIDERURGIA

METAIS NÃO FERROSOS

FERRO-LIGAS

FUNDIDOS DE FERRO E AÇO

FORJADOS DE AÇO

MECÂNICA E ELÉTRICA

QUÍMICA

PAPEL E CELULOSE

CIMENTO

BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO

PROJETOS PRIORITÁRIOS

ELENCO DE PROJETOS

DESCRIÇÃO

## CAPÍTULO

### DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E MINERAÇÃO

(Observação: A política já deverá estar definida nos capítulos da Parte I - Global; assim sendo, esta primeira página talvez deva ser suprimida. Ressalte-se que toda esta parte introdutória corresponde ao texto do MIC com pequenas alterações)

Na execução da política de desenvolvimento industrial, as atividades do Governo serão orientadas pelos seguintes objetivos globais:

- a) Fortalecimento do poder de competição das empresas nacionais, através do melhoramento tecnológico e gerencial, perseguindo a obtenção conjugada de um posicionamento mais favorável de custos e de um avanço qualitativo no produto final assim como o uso mais adequado dos recursos humanos e do capital;
- b) Promoção do aumento da capacidade de produção instalada nos níveis exigidos pelas necessidades internas e de exportação de produtos manufaturados;
- c) Incentivos à adoção de mecanismos mais adequados de comercialização, no sentido de racionalizar e desenvolver os fluxos de comércio interno e externo;
- d) Uso mais eficiente das poupanças que se dirigem para o setor industrial, estimulando a aplicação de recursos em projetos que induzam o avanço tecnológico e em atividades consideradas prioritárias para o desenvolvimento nacional, e paralelamente, estabelecendo instrumentos de correção dos fatores limitativos ainda atuantes.

.../

A política de incentivos à indústria, que é coordenada pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), foi recentemente reformulada, simplificando-se as exigências e rotinas de apresentação de pedidos de incentivos fiscais e creditícios.

Tal princípio de flexibilidade envolve maior liberdade, e, portanto, maiores responsabilidades ao empresariado, que se manifestarão através da escolha adequada de escalas, processos, com posições societárias e esquemas financeiros, reservando-se o Governo da União o direito de fiscalizar essas contrapartidas e de balizar a área de livre escolha, sempre que o objetivo fundamental da maior eficiência industrial assim o exigir.

Na execução da política industrial, o CDI adotará o princípio da seletividade em três níveis.

No primeiro nível, o incentivo governamental poderá incluir a participação societária, a reserva de mercado e os demais incentivos relacionados no Decreto-lei nº 1.137. Nesse nível, se rão considerados projetos nas seguintes áreas:

- a) Indústrias petroquímicas - pela necessidade do controle das matérias-primas básicas (gás natural e nafta), sujeitas ao monopólio estatal e, também por exigirem consideráveis investimentos para atenderem às escalas mínimas de produção econômica e à complexidade dos processos de produção;
- b) Indústrias de construção naval - que dependem principalmente da capacidade de financiamento liderada pelo Fundo de Marinha Mercante, cuja administração cabe à SUNAMAM;
- c) Indústrias siderúrgicas - pelas características e grande vulto dos investimentos necessários às escalas econômicas de produção;
- d) Indústrias automotivas (terminais) - pelos aspectos de produção em massa, economias de escala e intenso efeito multiplicador, gerando um complexo parque industrial de autopeças, em geral de capital nacional, de grande vulnerabilidade em face da extrema dependência da evolução das indústrias terminais.

No segundo nível de seletividade, o CDI considerará sub setores industriais isolados, onde o incentivo governamental será relacionado a um mínimo de escala de produção considerada necessária para se obter uma eficiência operacional adequada e competitiva, inclusive no exterior. Para êsses casos, as regras serão fixa das, periodicamente, em função do exame das condições reais do se tor no País. Nesse segundo nível, poderá haver, ou não, a aplicação do incentivo de reserva de mercado.

No terceiro nível de seletividade, o incentivo governamental se orientará exclusivamente com vistas a reduzir custos de produção, modernizar instalações e processos de produção, aumentar as exportações e promover a competição interna.

Aspectos Globais

Está programada a efetivação de investimentos da ordem de Cr\$ 30.410 milhões (a preços de 1972), no triênio 1972/74, nos seguintes setores industriais (em Cr\$ milhões):

SIDERURGIA		7.710
Produtos Planos	6.150	
Não Planos e Aços Especiais	1.560	
QUÍMICA		5.500
MECÂNICA E ELÉTRICA		8.000
Bens de Capital	2.500	
Bens de Consumo Durável	5.500	
FORJADOS DE AÇO		170
FUNDIDOS DE FERRO E AÇO		450
FERRO-LIGAS		130
METAIS NÃO FERROSOS		650
CIMENTO		1.000
PAPEL E CELULOSE		2.800
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL		4.000
Têxtil	1.500	
Produtos Alimentares	1.500	
Outros	1.000	

Êsses investimentos, e a adoção de outras medidas a seguir descritas, conduzirão a uma taxa de crescimento de 9 a 11% ao ano no setor industrial como um todo, com as seguintes metas indicativas para os diferentes setores industriais básicos (taxa de crescimento anual - 72/74):

SIDERURGIA	11,5
QUÍMICA	12,0
MECÂNICA E ELÉTRICA	14,0
FORJADOS DE AÇO	10,0
FUNDIDOS DE FERRO E AÇO	11,0
FERRO-LIGAS	11,0
METAIS NÃO FERROSOS	15,0
CIMENTO	11,0
PAPEL E CELULOSE	7,0
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL	6,5

DESENVOLVIMENTO DE RAMOS INDUSTRIAIS PRIORITÁRIOS

AÇÃO DE GOVERNO: PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

SIDERURGIA

Prosseguirá, no triênio 1972/74, a execução do Programa de Expansão da Indústria Siderúrgica, que elevará a capacidade instalada de produção de aço em lingotes de 5,4 milhões de toneladas, em 1970, para 12,4 milhões em 1975 e 20 milhões em 1980.

Essa produção assegurará:

- integral suprimento do mercado interno (inclusive para atendimento de picos de demanda);
- participação permanente do Brasil, como exportador no mercado internacional.

I - Laminados Planos e Perfis Pesados

O aumento da capacidade do subsetor de laminados planos e perfis pesados será realizado através da expansão das usinas da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA) e Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS) responsáveis pela quase totalidade da oferta interna. A capacidade combinada dessas três empresas elevar-se-á de 2,8 milhões de t/ano em 1970 e 4,1 em 1972 para 7,2 milhões de t/ano até 1976, e 11 milhões de t/ano em 1980.

Os investimentos previstos para o triênio 1972/74 ascendem a CR\$ 6.150 milhões, e serão acrescidos de CR\$ 1.960 milhões no período 1975/77 (a preços de 1972).

.../

## II - Laminados Não Planos e Aços Especiais

O subsetor de laminados não planos deverá expandir a sua capacidade de produção para 4,2 milhões de t/ano em 1975, em função dos estudos de mercado concluídos recentemente. O quantitativo de expansão indicado pelos projetos, estudos de viabilidade e cartas de intenção enviados ao Conselho Nacional de Indústria Siderúrgica - CONSIDER superam em mais de 1.500 mil toneladas as previsões de capacidade necessária para 1975, o que demonstra, claramente, a viabilidade do atendimento da meta prevista para aquele ano.

O subsetor de aços não comuns e especiais terá a sua expansão definida em função dos projetos que estão em fase de elaboração pelas empresas. A existência de um excesso temporário de capacidade instalada limitou, até certo ponto, o interesse imediato pela expansão desse subsetor. Merece desta que, entretanto, a implantação do projeto da Aços Finos Piratini S/A (que exigirá investimentos totais de CR\$ 280 milhões a preços de 1972) e o início da produção, no País, de laminados planos de aços inoxidáveis.

Os investimentos previstos para expansão da produção de não planos e aços especiais ascendem a CR\$ 1.560 milhões (a preços de 1972), no triênio.

A execução racional e ordenada da expansão da siderurgia nacional, será assegurada por medidas entre as quais se destacam:

- dinamização das atividades do CONSIDER, que coordena os planos de desenvolvimento da siderurgia nacional;
- estímulos à expansão e modernização de usinas existentes e a construção de novas usinas quando essa alternativa mostrar-se mais conveniente do ponto de vista mercadológico, tecnológico e econômico-financeiro;
- incentivos à participação da iniciativa privada no setor siderúrgico, principalmente no subsetor de laminados não-planos de aços comuns e especiais, cujas unidades requerem menores investimentos e menores períodos de maturação e implantação;



- criação de condições para que o setor siderúrgico possa gerar parte significativa dos recursos de que vai necessitar para a sua expansão, assegurando-se às empresas margem adequada de rentabilidade com base na evolução harmoniosa dos preços dos produtos siderúrgicos;
- promoção pelo Governo, de obtenção de recursos complementares necessários ao desenvolvimento do setor siderúrgico, participando do capital social das empresas, financiando em condições adequadas novos investimentos fixos e em capital de giro e garantindo empréstimos externos;
- incentivos ao esforço de pesquisa tecnológica aplicado ao setor siderúrgico, em programa coordenado a nível nacional;
- incentivos à introdução de modernos métodos de gerência e meios de produção;
- incentivos à reorganização do setor, seja mediante a integração das empresas siderúrgicas, por meio de fusão ou constituição de holdings a fim de elevar o nível tecnológico e fortalecê-las econômico-financeiramente, proporcionando-lhes maior poder de ação e de competição; seja através da formação de pools, e consórcios ou de empresas de compra de matérias-primas e/ou de exportação de produtos siderúrgicos, com o propósito de reduzir o custo de produção e de comercialização no exterior;
- atenção especial aos setores de produção e suprimento dos insumos básicos para siderurgia, à distribuição e comercialização de produtos siderúrgicos, bem como aos seus respectivos meios de transporte.

METAIS NÃO FERROSOS

- I - Execução de programa de investimentos da ordem de CR\$ 550 milhões (a preços de 1972), no triênio, para expansão do setor, visando uma taxa anual de crescimento de 15% (72/74).
- II - Adoção de medidas para alcançar as seguintes metas indicativas :

Alumínio - elevação da capacidade instalada de 77 mil t/ano (1971) para 120 mil t/ano, em 1974, correspondente a uma média de expansão anual à taxa de 15%, permitindo-se o atendimento de 80% do consumo interno previsto para 1974. O consumo interno de alumínio no Brasil vem crescendo a uma taxa de 11% ao ano.

De 1958 a 1970, o crescimento da produção foi de 40%, para um aumento da demanda de cerca de 20%. Com isto, a importação se reduziu a 40% do consumo global. Recentes pesquisas efetuadas pela Alumínio Minas Gerais S/A confirmaram a existência de grandes reservas de bauxita, que assegurarão o abastecimento das usinas de alumínio nos próximos anos.

Estanho - aumento da produção para atender ao crescimento previsto da demanda interna, à taxa média de 10% ao ano e às perspectivas de exportações. A produção de estanho no Brasil tem crescido de forma surpreendente, pois em poucos anos o País se transformou de importador de cassiterita em exportador de estanho. A produção adicional será obtida mediante utilização da atual capacidade ociosa, cujo melhor aproveitamento estava limitado pelo suprimento de minério, problema agora superado com as jazidas de cassiterita de Rondônia.

Cobre - execução de projeto que prevê produção de 70 mil t/ano em 1975, permitindo suprir a demanda interna de 110 mil toneladas em 1974, já que o cobre secundário representa cerca de 35% da demanda total.

Não estão projetados novos empreendimentos para exploração de zinco ou chumbo. Outros metais, no entanto, tais como o nióbio, o magnésio e o titânio, de grande significado tecnológico, particularmente para a indústria aeronáutica, deverão receber atenção especial, com vistas a elaboração de projetos específicos para a sua exploração e desenvolvimento.

## FERRO-LIGAS

- I - Execução de um programa de investimentos de Cr\$ 130 milhões (a preços de 1972), no triênio, para expansão do setor, especialmente com relação a ferro-ligas convencionais (ferro-manganês, ferro-silício, ferro-silício-manganês e ferro-cromo).
- II - Concessão de incentivos para a dinamização das exportações de ferro-ligas, especialmente para países integrantes da ALALC.

O Brasil dispõe de vantagens comparativas inegáveis para a produção de todas as ferro-ligas convencionais e de várias das não convencionais, especialmente ferro-níquel, ferro-colômbio e ferro-tungstênio.

Existem boas perspectivas com relação à exportação de ferro-ligas convencionais para países latino-americanos, face à expectativa de crescimento da produção siderúrgica na região considerada.

Constituem fatores limitativos das exportações o alto custo da energia elétrica e a elevada carga tributária que incidem sobre a produção nacional. Desta forma, deverão ser concedidos maiores incentivos fiscais à exportação, para compensar a influência desses fatores.

FUNDIDOS DE FERRO E AÇO

Incentivo à expansão e modernização do setor de fundidos de ferro e aço com investimentos previstos de Cr\$ 450 milhões, (a preços de 1972), no triênio, de modo a permitir o crescimento do setor à taxa de 11% ao ano.

Para 1972, 1973 e 1974, estima-se uma demanda total de fundidos de ferro e aço de cerca de 850 mil, 925 mil, 1.020 mil toneladas, respectivamente, que deverá ser atendida pela produção nacional.

## FORJADOS DE AÇO

Expansão da produção e incentivo à exportação de forjados de aço, com investimentos previstos para o triênio de Cr\$ 170 milhões (a preços de 1972), tendo em vista alcançar uma taxa anual média de crescimento de 10%, no triênio, e uma produção de 175 mil toneladas, em 1974.

As forjarias são um complemento natural e indispensável à produção do aço destinado às indústrias mecânicas, principalmente às indústrias automobilística, ferroviária e naval, bem como aos setores produtores de equipamentos industriais e maquinaria mecânica e elétrica.

A experiência recente de algumas forjarias brasileiras revela que, com os atuais incentivos fiscais à exportação, é plenamente viável sua participação nos mercados da Europa e, principalmente, da América do Norte, em competição direta com tradicionais exportadores para aquelas áreas. Estimativa elaborada pela associação de produtores dá indicações que o volume de exportação de forjados poderá atingir o nível de 50 mil t/ano, até 1974.

MECÂNICA E ELÉTRICA

I - Execução de programa de investimentos da ordem de CR\$ 8.000 milhões (a preços de 1972), no triênio, para expansão do setor de indústrias mecânicas e elétricas, à taxa de 14% ao ano, com as seguintes metas indicativas para os principais segmentos industriais que integram o setor:

	<u>Produção em</u> 1974(*)	<u>Taxa de</u> <u>Crescimento Anual</u> (72/74)
BENS DE CAPITAL	<u>11.960</u>	<u>11</u>
- Maquinaria Mecânica	830	11
- Maquinaria Elétrica	1.405	10
- Equipamentos Industriais	1.425	14
- Material Ferroviário	525	9
- Construção Naval	1.250	38
- Maquinaria Rodoviária	1.205	16
- Ônibus e Caminhões	3.890	5
- Tratores e Implementos	1.430	9
BENS DE CONSUMO DURÁVEL	<u>20.980</u>	<u>17</u>
- Autopeças(**)	700	15
- Automóveis e Utilitários	16.225	19
- Utilidades Domésticas	4.055	9

Cabe destacar o crescimento esperado da indústria de automóveis e utilitários da ordem de 19% ao ano, e da indústria de construção naval, da ordem de 38% ao ano, que será objeto de um amplo programa coordenado pela SUNAMAM (Superintendência Nacional de Marinha Mercante).

Devem ser ressaltados, ainda, na área de bens de consumo durável, os esforços dos grupos empresariais no sentido de expandir a produção de unidades seladas para refrigeração.

.../

(\*) - Valores em CR\$ milhões, a preços de 1972.

(\*\*)- Produção efetiva, assim considerada, aquela destinada ao mercado de reposição, exclusive, portanto, a produção já incorporada nos setores utilizadores. A produção total corresponde a CR\$ 5.375 milhões.

- II - Adoção de medidas específicas para melhoria da eficiência e fortalecimento do poder de competição das indústrias do setor, especialmente através de :
- expansão dos segmentos industriais intensivos em tecnologia ( máquinas-ferramenta, aeronáutica, equipamentos industriais, eletrônica e componentes complexos );
  - programação, a médio prazo das compras governamentais de bens de capital para os programas de investimentos em infra-estrutura e em indústria de base, mantendo-se a atual política de efetiva participação da oferta nacional nas negociações dos empréstimos com as entidades financeiras internacionais;
  - incentivo à melhoria tecnológica do setor sabido que a indústria de bens de capital atua como um instrumento de transferência ou difusão de tecnologia para os demais setores industriais;
  - incentivos para fusões, associações ou acôrdos entre emprêsas ( nos estágios de produção e comercialização) objetivando a atingir dimensão de empresa adequada à especialização;
  - estímulos para elevação gradativa dos índices de nacionalização ( em valor) dos bens produzidos, através da fabricação de componentes complexos capazes de apresentar vantagens comparativas a curto e médio prazo;
  - incentivos para viabilização de planos de exportação de parte da produção do setor;
  - incentivos para elaboração própria de engenharia de processo e de produto, formação de técnicos e incorporação de tecnologia importada;
  - ampliação do prazo de financiamento de vendas de bens de capital no mercado interno, através da FIIAME, visando alcançar progressivamente os prazos normalmente oferecidos , no mercado internacional, e criando assim maior competitividade para a indústria nacional;
  - adoção de política tarifária que conceda proteção aduaneira adequada para manter, consolidar e desenvolver os segmentos industriais intensivos de tecnologia de ponta, sem per



der de vista os objetivos de maior eficiência, redução de custos e aumento de produtividade, objetivando crescente participação no mercado internacional.

- apoio governamental, aos planos de exportação das indústrias naval e aeronáutica, com vistas ao fortalecimento do poder competitivo das empresas desses setores no exterior.

## QUÍMICA

I - Serão realizados, de 1972 a 1974 investimentos estimados em CR\$ 5.500 milhões (a preços de 1972), de modo a alcançar as seguintes metas indicativas para os principais produtos químicos:

	<u>Produção em</u> <u>1974 (*)</u>	<u>Taxa de Crescimento</u> <u>Anual (72/74)</u>
- Soda Cáustica e Barrilha com Na <sub>2</sub> O	480	27,0
- Ácido Sulfúrico	1.450	27,0
- Fertilizantes como nutrientes	820	35,0
- Termoplásticos (PE, PVC, PP, Poliestireno)	350	37,5
- Resinas Lommoestáveis (resinas de formaldeído, poliéster, alquídicas)	90	11,5
- Fibras Artificiais e Sintéticas	140	12,0
- Elastômeros Sintéticos	100	7,0
- Detergentes Sintéticos (dodecil-benzeno sulfonatos)	35	13,0

Em relação a alguns produtos, como barrilha, ácido sulfúrico e elastômeros sintéticos, os produtores nacionais têm atendido satisfatoriamente solicitações do mercado consumidor; para outros produtos, de crescimento mais rápido do consumo, como fertilizantes, plásticos e fibras sintéticas, isto não tem acontecido, aumentando assim a participação das importações. Este deficit deverá ser reduzido com a entrada em operação de projetos de mais longa maturação que contemplam a produção de termoplásticos e com a atuação mais ativa dos produtores de fertilizantes. É de assinalar que, para acompanhar a expansão do consumo, importantes ampliações na capacidade instalada vêm sendo executadas, tendo entrado em operação recentemente novas unidades produtoras de fertilizantes, ácido sulfúrico e ácido fosfórico, olefinas e aromáticos, polietileno, formol e resinas de formaldeído, anidrido ftálico, metanol, ciclohexanol e fenol.

(\*) - Em mil toneladas.

O Governo incentivará a implantação de unidades industriais modernas e de largo porte, o que, associado ao amplo mercado interno, permitirá aos fabricantes nacionais atingir elevados índices de produtividade e condições competitivas, a níveis internacionais.

II - Implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste: Deverá estar concluído em fins de 1971 um amplo estudo sobre as principais alternativas para a implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste, sugerindo o caminho tecnológico mais econômico, a escala e a sequência dos principais projetos que formarão o complexo e as medidas financeiras, institucionais e de política econômica que o tornarão mais eficiente do ponto-de-vista regional e nacional.

III - Consolidação do Pólo Petroquímico de São Paulo, com a implantação de unidades, referentes a produtos de segunda, terceira e quarta gerações petroquímicas.

IV - Adoção de medidas de política econômica que assegurem a consecução das metas indicadas, especialmente através de:

- consolidação de projetos de implantação já aprovados, propiciando os incentivos tarifários e creditícios para as suas execuções;
- aperfeiçoamento da política de incentivos a exportação;
- redução dos custos dos insumos básicos com localização de unidades de produtos primários mais próximos às disponibilidades de matérias-primas;
- incentivo à modernização das indústrias, à busca de economias de escala e ao aumento de produtividade;
- desenvolvimento da pesquisa tecnológica, objetivando redução da dependência do know-how externo e a criação de tecnologia nacional.